

O MERCADO DE CRÉDITO BANCÁRIO BRASILEIRO

UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM DOS RECURSOS NO CICLO DE CRÉDITO RECENTE

Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Renato Nogueira de Sá Santos
Prof^a Dr^a Daniela Magalhães Prates

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise teórico-descritiva acerca da importância do sistema de financiamento público na economia nacional. Pretende-se dar ênfase ao duplo caráter que assume o sistema de financiamento público nacional, a concessão de crédito através de bancos de propriedade pública e a concessão de crédito de maneira direcionada através do sistema de exigibilidades fiscais, tanto por meio de bancos de propriedade pública como dos bancos de propriedade privada, assim como na complementaridade dessas duas esferas do financiamento público, que se tornaria débil, no sentido que aqui se propõe, sem qualquer uma dessas esferas.

Para tanto, a pesquisa examina as características gerais e os condicionantes macroeconômicos (externos e internos), estruturais e regulatórios das fases ascendentes e descendentes dos dois últimos ciclos de crédito, ou seja, os fatores que determinaram a expansão das operações de crédito entre janeiro de 2003 e meados de 2008, aqueles responsáveis pela desaceleração da taxa real de crescimento do crédito, que se inicia no final deste mesmo ano, bem como os que delineiam o novo ciclo de crédito que emerge no contexto pós-crise.

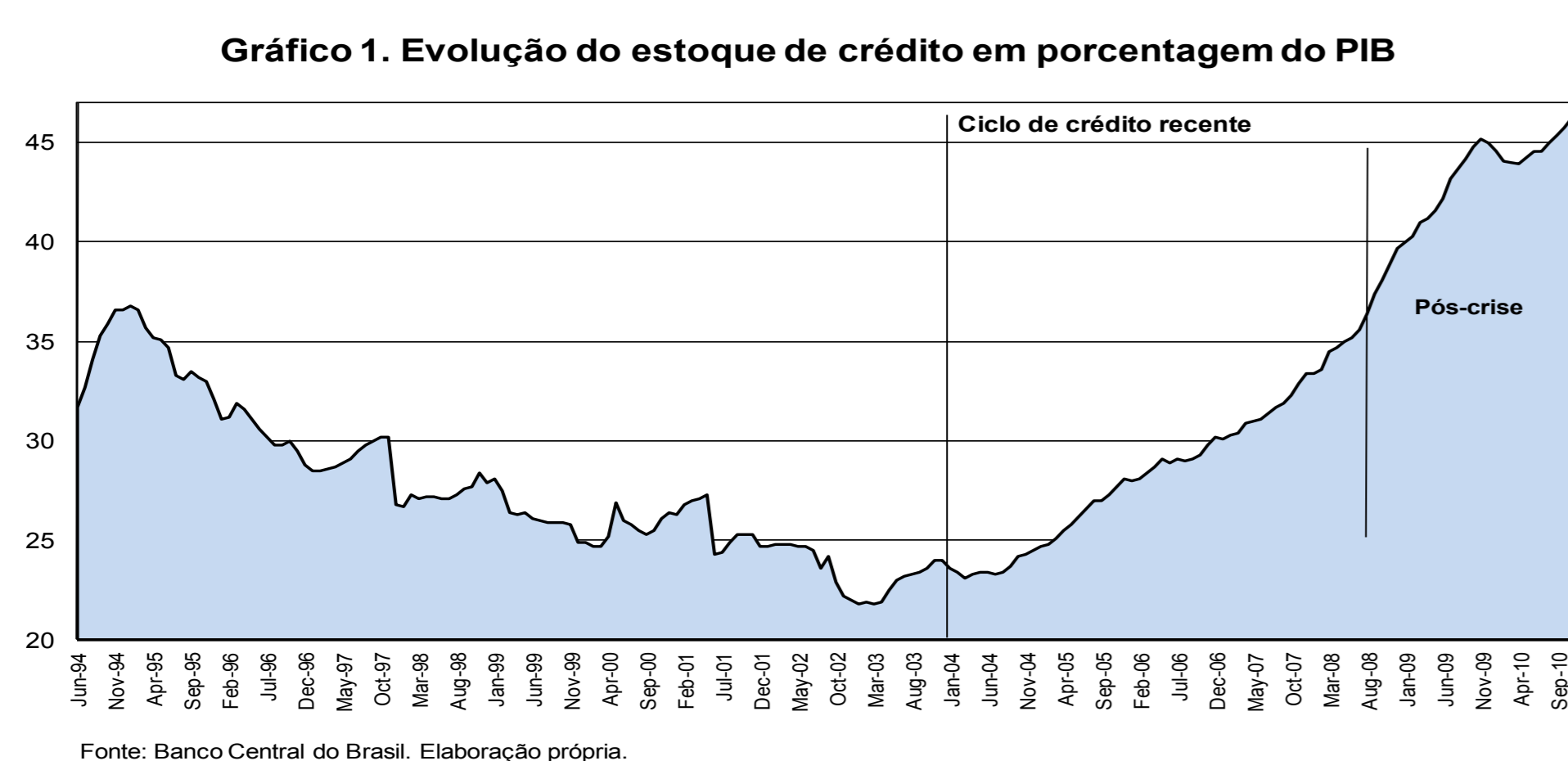
METODOLOGIA

No que tange esse projeto de iniciação científica, a internet tem sido a maior ferramenta de pesquisa sobre o mercado de crédito brasileiro, sendo ela muito importante na coleta de informações qualitativas (matérias de jornais e revistas especializadas, relatórios de pesquisa e artigos acadêmicos) e quantitativas (base de dados). Essas informações possibilitam um acompanhamento minucioso da evolução recente do mercado de crédito, tema da pesquisa em questão.

O banco de dados no qual a pesquisa se apóia, que reuni informações do Banco Central do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil e da Federação Brasileira de Bancos, constitui parte fundamental do trabalho, uma vez que possibilita um minucioso acompanhamento do mercado de crédito brasileiro.

Vale destacar que dentre as fontes de informações citadas anteriormente é de crucial importância a nota para a imprensa do Bacen sobre a política monetária, divulgada mensalmente, pois ela é fonte de estatísticas e indicadores referentes ao desempenho das operações de crédito realizadas no país.

Também é de fundamental importância a leitura de artigos acadêmicos sobre o tema, que contribuem para o embasamento teórico. Dentre eles se destacam justamente os relatórios de pesquisa do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica sobre a referida proposta de estudos financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especialmente os relatórios referentes ao subprojeto “O mercado de crédito bancário brasileiro”, sob coordenação da professora-doutora Daniela Magalhães Prates.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O sistema de financiamento público brasileiro constituído ao longo da história contemporânea do país deve ser compreendido como um conjunto de duas partes: primeiramente as instituições bancárias de propriedade pública, que operam recursos próprios e recursos originários de fundos de poupança fiscais e parafiscais, que por sua vez integram a segunda parte do conjunto, cujo acesso por parte das instituições públicas é privilegiado, e sobre os quais vigem condições muito específicas no que se refere ao direcionamento e taxas de remuneração. Ressalta-se ainda que a esta última parte agregam-se partes dos passivos bancários, as exigibilidades, sobre as quais também vigem condições especiais relativas a destino e remuneração. Assim sendo, os fundos públicos de poupança compulsória constituem parte fundamental do funding das instituições bancárias públicas nacionais, e também das operações de repasse, de maior prazo e retorno, das instituições privadas, viabilizando o finance de setores específicos (de maior risco ou menor rentabilidade), prioritários e estratégicos para o desenvolvimento nacional, como o rural, a habitação popular, o saneamento e mesmo a exportação.

Os principais instrumentos de poupança compulsória existentes no país são: o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal e destinado ao financiamento imobiliário e de infraestrutura urbana; o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado, predominantemente, ao investimento em máquinas e equipamentos industriais e infraestrutura econômica; e os fundos de desenvolvimento regional, quais sejam, o Fundo Constitucional do Nordeste, o Fundo Constitucional da Amazônia, administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Brasil (BB), respectivamente. O BB, a CEF e o BNDES são as três principais instituições bancárias de propriedade pública que ocupam posição de destaque, não só no sistema bancário público, mas no sistema bancário brasileiro como um todo, respondendo por 97% do fluxo de crédito das instituições federais no período compreendido entre 2000 e 2008.

Acerca da trajetória do mercado de crédito nacional, a crise financeira internacional acarretou uma mudança substancial na evolução do mercado de crédito no Brasil. O estoque de crédito vinha crescendo aceleradamente graças a fatores condicionantes conjunturais, associados, em grande medida, a melhores condições no mercado internacional. Nesse contexto, a taxa de câmbio exerceu um papel fundamental, pois a tendência de apreciação do real sancionou expectativas favoráveis quanto ao comportamento da inflação e da taxa de juros. Diante do cenário de prosperidade econômica os bancos se viram obrigados a redefinir suas estratégias operacionais e a modificar a composição de seus portfólios, expandindo de forma ativa os empréstimos aos agentes privados.

Em setembro de 2008, a crise de confiança no sistema financeiro mundial se tornou sistêmica, contaminou o mercado bancário, fazendo com que os bancos assumissem uma postura tipicamente conservadora de retração creditícia, além de acarretar um fluxo de saída de dólares do país, comprometendo a posição de instituições vinculadas a operações com derivativos. Neste momento, a composição da natureza do sistema bancário brasileiro se tornou muito relevante. As instituições bancárias de natureza pública se tornaram um dos principais instrumentos da política anticíclica colocada em prática pelo governo brasileiro ampliando o crédito, sobretudo no segmento de crédito direcionado e, assim, contribuindo de forma fundamental para suprir a necessidade de capital de giro das empresas e financiar o consumo das famílias. Essa ação anticíclica dos bancos públicos foi essencial para evitar uma retração mais forte da demanda doméstica.

CONCLUSÕES

Este trabalho procurou mostrar, mediante uma abordagem descritiva dos dois ciclos de crédito do Séc. XX, a importância do sistema de financiamento público para a economia nacional. E, ainda, caracterizar sua formação para explicitar sua unicidade e necessidade de sua manutenção para que ele possa continuar exercendo papel estratégico no sistema financeiro nacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

O sistema de financiamento público brasileiro é constituído, então, por duas partes: pelas instituições bancárias de propriedade pública e pelos fundos de poupança fiscais e parafiscais. A ação das instituições bancárias de propriedade pública pode ser resumida em três pilares: a atuação como instrumento anticíclico nas fases de desaceleração, sustentando a demanda de crédito durante uma conjuntura contracionista; o financiamento de setores e atividades prioritárias para a economia do país, mediante modalidades especiais de crédito; e a pressão pela queda dos spreads praticados pelos bancos privados mediante a ampliação dos empréstimos com custo mais baixo. Entretanto, tal ação só se torna viável mediante a existência dos fundos de poupança fiscais e parafiscais, que integram o segundo pilar do sistema, cujo acesso por parte das instituições públicas é privilegiado, e sobre os quais vigem condições muito específicas no que se refere ao direcionamento e taxas de remuneração. Destaca-se, ainda, que a esta última parte agregam-se partes dos passivos bancários, as exigibilidades, sobre as quais também vigem condições especiais relativas a destino e remuneração. Assim sendo, os fundos públicos de poupança compulsória constituem parte fundamental do funding das instituições bancárias públicas nacionais, e também das operações de repasse, de maior prazo e retorno, das instituições privadas, viabilizando o finance de setores específicos (de maior risco ou menor rentabilidade), prioritários e estratégicos para o desenvolvimento nacional. Ou seja, a ênfase no duplo caráter que assume o sistema de financiamento público nacional, assim como na complementaridade dessas duas esferas, deriva da proposta de que este se tornaria débil, ou muito menos eficaz no sentido que aqui se propõe, sem qualquer uma dessas esferas.

